



PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E REDEFINIÇÕES REGIONAIS

**Paulo Fernando Jurado da Silva¹
Eliseu Savério Sposito²**

Resumo

Este texto é resultante de pesquisa que faz parte do projeto de Iniciação Científica intitulado “O mapa da indústria e a dinâmica do emprego nas pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP”, apoiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e desenvolvida no Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente. A pesquisa tem, como preocupação central, articular o mapa da indústria nas pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP às particularidades e à dinâmica econômica da região. Nesse sentido, a reflexão que apresentamos, nesse texto, possui, como tema central, a discussão da relevância econômica da região à luz dos diferentes processos que permearam a urbanização regional, demonstrando, desta maneira, os distintos nexos econômicos que foram processados e são produzidos pelo e para o capitalismo. A Região Administrativa de Presidente Prudente possui, atualmente, cinquenta e três municípios e conta com três regiões de governo, ou seja, Dracena, Adamantina e Presidente Prudente e a economia, de certa forma, está ligada fortemente ao campo e têm a cana de açúcar e a pecuária extensiva como os principais alicerces econômicos.

Palavras-chave: Cidades pequenas, espaço urbano, rede urbana.

Abstract

This text is part of the undergraduate project entitled "The industry's map and the employment dynamic in small cities of Presidente Prudente region, Brazil", funded by FAPESP and developed in the Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), UNESP of Presidente Prudente. The present text, has as central theme,

¹ Graduando do curso de licenciatura e bacharelado em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, membro do GAsPERR e bolsista de Iniciação Científica da FAPESP. Endereço eletrônico: pfulurado@itelefonica.com.br

² Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente e coordenador do GAsPERR. Endereço eletrônico: essposito@prudenet.com.br



the discussion about the importance economic of the region and describe various processes that permeated in consolidation of the urbanization regional, showing, in this way, the different economic links that have been processed and are produced by and for capitalism. The Administrative Region of Presidente Prudente is currently fifty three cities and has three areas of government, namely Dracena, Adamantina and Presidente Prudente. The economy in some ways is linked strongly to the field and has in the cane sugar and livestock extensive as key economic foundations.

Key words: Small cities/towns, urban space, urban network.

Introdução

A Região de Presidente Prudente possui uma urbanização recente e ao longo de sua gênese contou com a construção da ferrovia pelo seu território, o que facilitou o escoamento da produção cafeeira, dinamizando um circuito econômico regional e produzindo as características marcantes presentes no território. Na verdade, a conformação atual da região está marcada pela “junção” de duas regiões, ou seja, a Alta Sorocabana e a Nova Alta Paulista (em partes), critério esse adotado em decorrência do traçado da ferrovia. As frentes pioneiras dessa região tendem a serem as mesmas em determinado momento, entretanto, a Nova Alta Paulista participou do movimento da formação da região de Marília e, presentemente, encontra-se, em grande parte, anexada à Região de Presidente Prudente.

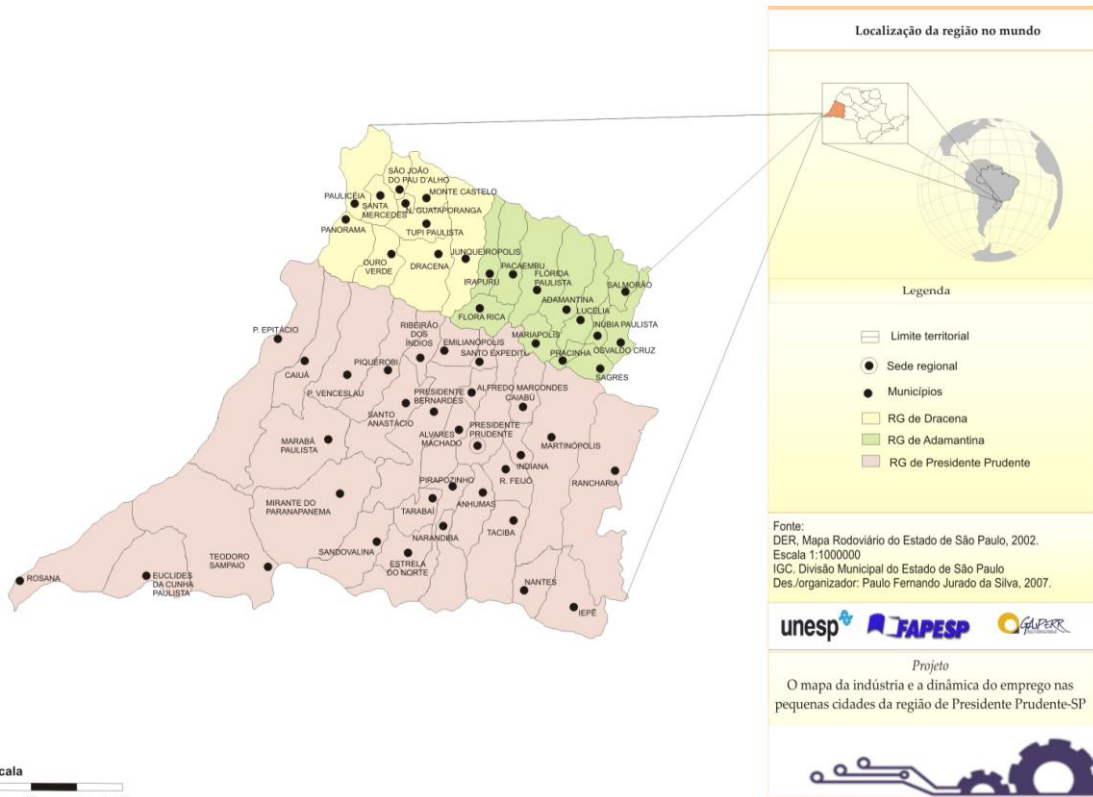
Dessa forma, ao longo de nossas discussões procuraremos esclarecer melhor as relações existentes na “fusão” da Nova Alta Paulista com a Alta Sorocabana. Contudo, cabe ponderar que, se formos analisar o critério de regionalização do Estado de São Paulo, verificaremos que a atual região de Presidente Prudente é composta por três regiões de governo³, ou seja, a Região de Governo de Presidente Prudente, que era a antiga Alta Sorocabana e as regiões de governo de Adamantina e Dracena inseridas na Nova Alta Paulista. Atualmente a Região Administrativa de Presidente Prudente (para maior detalhamento vide mapa 2) é composta por 53 municípios e ocupa uma área aproximada de 23.952 km², ou seja, cerca de 9,6% do território paulista e correspondendo a 8,2% da quantidade total de municípios paulistas.

Assim, para Bógus (1995), por exemplo, é necessário que demos luz aos processos concernentes às diversas regiões que compõem o território paulista, pois são variados os fenômenos regionais

³ Para maior detalhamento acerca da configuração espacial recente da região em questão consultar o mapa 1 desse trabalho.



Mapa 1 - As Regiões de Governo (RGs) na 10ª Região Administrativa (RA) de Presidente Prudente-SP.





Mapa 2 – Décima Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.



Localização da região no mundo

Legenda

- Limite territorial
- Aeroporto
- Sede regional
- Municípios
- Nome da Rodovia
- Rodovia

Fonte:
DER, Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo, 2002.
Escala 1:1000000
IGC. Divisão Municipal do Estado de São Paulo
Des./organizador: Paulo Fernando Jurado da Silva, 2007.

unesp FAPESP

Projeto

O mapa da indústria e a dinâmica do emprego nas pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP



e os processos histórico-econômicos têm sido alicerçados por algumas particularidades intrínsecas a determinadas localidades, pois,

a consolidação de eixos de expansão econômica-populacional, o crescimento das cidades pequenas em contraposição às grandes aglomerações e articulações do nível municipal com o regional e o metropolitano supõem a compreensão dos fenômenos regionais e seus rearranjos para a definição de feições próprias e atuais [...] (BÓGUS, 1995, p. 70).

Destarte, a Região Administrativa de Presidente Prudente abarca, por exemplo, em sua dimensão territorial a rodovia Raposo Tavares (SP 270) que promove a ligação entre Capital e o Mato Grosso do Sul; a Comandante João Ribeiro de Barros (SP 294) que faz a conexão dos municípios da RA com o Rio Paraná e em sentido contrário a Bauru e à Rodovia Marechal Rondon; a Assis Chateaubriand (SP 425) que faz ligação entre a região e o Paraná e a Júlio Budiski (SP 501) que conecta Presidente Prudente a SP 294.

Segundo dados disponíveis na Fundação SEADE (2007), em 2000, os maiores destaques, em termos populacionais urbanos das pequenas cidades eram representados por Adamantina com 30356 habitantes, Presidente Epitácio com 36314 e Dracena com 37145.

Dracena e Adamantina são sedes de Regiões de Governo do Estado e apresentam grande importância no cenário da Nova Alta Paulista como pólos de serviços comerciais e públicos da região. Adamantina se destaca no campo educacional com a presença da FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas) que congrega um grande circuito de estudantes não somente provenientes da região, mas também de outras localidades e estados. Já Dracena possui uma unidade diferenciada da UNESP e mais duas faculdades CESD (Centro de Ensino Superior de Dracena) e FADRA (Faculdades de Dracena), enquanto Presidente Epitácio apresenta o povoamento mais antigo da região (aproximadamente 100 anos) e tem nas atividades ligadas ao Rio Paraná seu maior destaque.



Produção do espaço e redefinições regionais

Atraídos pela qualidade das terras localizadas a Oeste do Estado de São Paulo, direcionou-se grande fluxo de exploradores para esta área com vistas ao plantio de café e à exploração especulatória das terras. Costuma-se dizer, conforme a expressão de Sposito (1982), que a Região da Sorocabana conheceu dois grandes fluxos migratórios: o primeiro deles data do século XVIII e XIX com a vinda de mineiros para a região, ou seja, com o advento da Guerra do Paraguai que intensificou fluxos de pessoas para as regiões adjacentes ao Mato Grosso do Sul com o objetivo de proteger o território; o segundo grande fluxo data do início do século XX com a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana e a introdução do café na região. O nome da região em questão surge, então, da denominação da ferrovia, e o adjetivo alta expressa a grande distância da região em relação à capital.

Teodoro José de Souza foi um dos pioneiros da região, conseguindo vencer a legislação de 1850, fundou alguns povoados como os de São Pedro do Turvo e *a posteriori* Campos Novos do Paranapanema que recebera a designação dos habitantes de “boca do sertão”. A ocupação desta vasta extensão de terras se deu pela exploração de latifúndios como é o caso de citar a propriedade do Coronel Goulart e a Fazenda Montalvão em Presidente Prudente. No entanto, concomitantemente a esse circuito coexistiam também pequenas propriedades que baseavam sua produção agrícola no feijão, milho, batata e mandioca. Mas, foi no início do século XX que essas terras foram exploradas, mais amplamente, com a consolidação da lavoura do café que era um produto de forte expressão na pauta internacional do comércio.

A decadência do Vale do Paraíba aliada ao esgotamento do solo levou um grande contingente de pessoas a migrarem para outras regiões, em busca de melhores condições para o plantio do café. Um dos locais mais favorecidos por esse novo cenário econômico foi o Oeste do Estado de São Paulo. Nesta perspectiva, Silva (1998, p. 25) entende que a Alta Sorocabana,

beneficiada pela situação favorável do após guerra, a região do Paranapanema foi sendo, então, realmente desvendada. O povoamento contou com as vantagens oferecidas pela infraestrutura do transporte ferroviário prestada pela Estrada de Ferro Sorocabana, que se tornou a infra-estrutura básica para o desenvolvimento econômico da região: do transporte do café e o abastecimento de mercadorias da região, a



melhor forma de reconhecimento e penetração das longínquas glebas, além de promover o aparecimento de vários centros urbanos ao longo de seu caminho.

A partir da década de 1930 a movimentação de uma agricultura assentada na produção de oleaginosas como o amendoim, algodão e mamona impulsionou na região a vinda de indústrias de beneficiamento das matérias primas para a produção de óleo vegetal. Desde então, certas empresas de capital consolidado passaram a atuar na região com destaque especial para Sanbra, Brascott e a Anderson Clayton.

Nos anos subseqüentes à década de 1950, começou a haver a reestruturação da região com a intensificação da concentração de terras e com a expansão do êxodo rural. Na década de 60, o circuito produtivo regional ganha a adição de outras variáveis, tendo na pecuária e na estruturação de frigoríficos um novo alicerce econômico.

Já a Nova Alta Paulista foi um desdobramento da região da Alta Paulista, como propõe Corrêa (1989) em seu livro "A Rede Urbana", compreendendo terras que se estendem pelo espigão Aguapeí e Peixe que vão desde o município de Osvaldo Cruz até a margem direita do Rio Paraná, no município de Panorama (considerando-se o recorte da região de governo, pois em caso de reflexão histórica, tal realidade se ampliaria com a incorporação de outros municípios à leste de Osvaldo Cruz, como é o caso de mencionar Tupã).

Nesse sentido, na década de 1950 o Brasil passa por um processo de transformação social, econômica e política, com a construção de novos papéis urbanos, novas regiões como a Nova Alta Paulista, novas (re)definições territoriais com o nascimento de centros urbanos que não necessariamente surgiram em implicação de números populacionais, mas em decorrência da política e de outros fatores como a especulação empreendida pelas companhias de colonização e pelos latifundiários que queriam aumentar extraordinariamente seus lucros. Os colonos tinham de se fixar em determinadas localidades próximas aos centros urbanos que pudessem atender às demandas inadiáveis da população, e por isso a grande fragmentação do território.

Com a expansão da urbanização brasileira as cidades ganham uma nova dimensão de papéis, estes também remodelados por uma nova divisão territorial do trabalho. As voláteis redes que emergiram ou se findaram na década de 1950 foram também a expressão da especulação fundiária e financeira que assolaram o país, como as que atuaram na colonização do Oeste Paulista. Silva (1989), Corrêa (1989) e Fresca (1990) discutem estas questões e, em diferentes medidas/contextos, apontam para a CPEF, a Companhia de Boston Castle (que colonizou Adamantina), a Companhia de Max Wirth (Osvaldo



Cruz) e a Companhia Japonesa (Bastos) como exemplos visíveis desta política de especulação fundiária.

As bases da colonização do Oeste Paulista se deram, então, pelo latifúndio e aos poucos as terras foram sendo vendidas e, ao longo do tempo, o quociente de proprietários foi se multiplicando. Silva sobre este aspecto afirma que:

com a contribuição dos trilhos da Estrada de Ferro na Noroeste do Brasil, com os recursos da união, o interesse pela exploração da economia cafeeira aumentou ainda mais. Isto possibilitou uma ampliação maior de investimentos financeiros no setor cafeeiro nessa região, pois a produção passou a ter meios para competir no mercado externo. Antes era impossível. Sem transporte para Santos, porto exportador, o café era na região, uma cultura impraticável até então. (SILVA, 1989, p. 25).

Alguns dos agentes capitalistas apropriadores e produtores do espaço foram os latifundiários, e ao analisarmos o contexto de nascimento da Nova Alta Paulista poderemos definir o processo de ocupação em grandes fases (SILVA, 1989). Uma fase anterior a 1929 e outra posterior à crise do café. No período pós-crise do café, houve uma nova fase da economia brasileira e a estrutura agrária paulista modificou-se.

Com a fragmentação dos latifúndios houve a exploração do trabalho familiar e havia também o trabalho baseado na parceria e no arrendamento. No entanto, o trabalho, na maioria das vezes, obedecia ao regime assalariado. O café, depois da crise, não foi suprimido pela 'industrialização' que ocorreu em algumas partes do território paulista; pelo contrário, as terras do Oeste Paulista eram bastante férteis e sustentaram por bastante tempo a produção do café, mesmo com preços baixos e com a crise econômica mundial.

Santos (1988) ajuda a compreender também os papéis das pequenas cidades, nesse momento pois estas "[...] não têm condições de suprir de todos os bens e serviços, ou vendem muito caro, ou acabam por perder boa parte de seus habitantes" (SANTOS, 1988, p.56). Destarte, observa-se que a rede antes formada na Alta Paulista (centrada em Marília) e com extensão na Nova Alta Paulista, como apontavam Corrêa (1989) e Fresca (1990) fora alterada. A Nova Alta Paulista é hoje território fragmentado e o nível de complexidade da rede se alterou. Na partilha de influências e da própria região entram no esquema de articulações Presidente Prudente, Araçatuba e Marília. Sobre este ponto, concordamos com Gil (2004, p.13), pois,



o distanciamento geográfico de Marília e a desarticulação do vínculo anterior, por via férrea, facilitaram uma polarização lateral. Presidente Prudente, ao Sul, e Araçatuba ao Norte, com ênfase para Presidente Prudente no comércio, educação e entretenimento, além de outros departamentos das Secretarias Estaduais de Governo [...]

Com base nessa autora (p.13), pode-se mencionar que o governo estadual ao “anexar” a Nova Alta Paulista à 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, conveniou os municípios das regiões de governo de Adamantina e de Dracena com o sistema de saúde pertencente à Presidente Prudente e Marília (dependendo da localização há o direcionamento para uma dessas duas cidades), na agricultura ao DIRA de Presidente Prudente e também a fiscalização das contas pelo Tribunal de Contas, a fiscalização ambiental pela CETESB, dentre outros. Quando o Estado geria a rede de telefonia, esta pertencia à Araçatuba e “como se pode observar, há um contorcionismo dos municípios e da população da Nova Alta Paulista “esticando-se” ora para Marília, ora para Araçatuba, ora para Presidente Prudente, esta com maior poder de atração.” (GIL, 2004, p.14).

Os maiores destaques populacionais na região da Nova Alta Paulista centram-se nas cidades de Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz, e os demais núcleos apresentam números populacionais ínfimos, como é o caso de Santa Mercedes, São João do Pau d’Alho e Nova Guataporanga que apresentam números inferiores a três mil habitantes na área urbana. Já Alta Sorocabana possui em Presidente Prudente sua sede regional e conta com as cidades de Pirapozinho, Rancharia, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio como centros importantes.

Desse modo, elucida-se que quando o café passa a entrar em processo de decadência surge na região uma possibilidade econômica que poderia dar retorno razoável, em pouco tempo, ou seja, o gado, pois, os juros também estavam muito altos e continuar a “aventura” pela agricultura poderia trazer grandes prejuízos. Resultado: modernização conservadora do campo (sem reforma agrária) e êxodo rural.

Os fluxos migratórios direcionam-se à capital e entorno, mas também às RAs, mais próximas e,

[...] este crescimento colocou vários tipos de desafios às administrações públicas locais, que se por um lado, passaram a ter maior arrecadação de ICMS devido à instalação de



complexos agroindustriais em seus limites, por outro, as mudanças em curso no geral liberadoras de mão-de-obra das zonas rurais – evidenciaram mais decisivamente as fragilidades municipais quanto às capacidades de habitação, oferta de empregos, atendimento de saúde, transportes, etc [...] (BIZELLI, 1995, p. 42).

As possibilidades de “emprego” para esta população expropriada e usurpada pelas novas forças produtivas do campo passam a girar em torno de “sazonalidades,” isto é, dos empregos temporários nas safras de cana e na construção civil das médias e grandes cidades, e, quando não, as famílias se vêm obrigadas a recorrer à ajuda governamental e a participarem de programas sociais como o *bolsa família*.

A emergência de agentes econômicos como os usineiros, os donos de frigorífico e laticínios, o proprietário rural e os especuladores imobiliários ganham grande e novo relevo na sociedade capitalista multifacetada. Neste sentido, as “cidades pequenas, sem grandes possibilidades de fixação empregatícias, têm suas populações reduzidas em geral, para os municípios sede das RAs ou das RGs [...]” (BIZELLI, 1995, p. 42). Torna-se comum nos períodos de colheitas estes trabalhadores se deslocarem de seus respectivos municípios para a lavoura de cana no campo onde “[...] suas cidades de residências transformam-se em cidades dormitórios nas épocas citadas [...]” (Idem).

Além de serem pólos agroindustriais as sedes das RAs e das RGs tendem a se diversificar economicamente e a se transformarem especificamente em cidades de serviços como é o caso de Presidente Prudente. Amiéde, as sedes têm se tornado pólos receptores da instalação de serviços públicos variados e a educação tem apresentado papel relevante nesse quadro. Quando há transporte adequado, os estudantes saem de seus respectivos municípios rumo à Presidente Prudente para estudar em faculdades como a UNESP, Toledo, UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista) e UNIESP (União das Instituições Educacionais de São Paulo) e, quando não, estes se mudam para Presidente Prudente.

Com base nisso e em outros fatores, Presidente Prudente consolidou-se ao longo da urbanização regional como centro administrativo, econômico e cultural da região. Seu poder de atração não está somente atrelado às áreas limítrofes de sua região, mas se estende - em certa medida - a algumas áreas do Mato Grosso do Sul e até do Paraná. Os municípios, em geral, que compõe a região de Presidente Prudente possuem baixa dinâmica econômica e se fazem dependentes da cidade sede administrativa e, desse modo, as cidades pequenas tendem a se tornar “reféns” de grandes propriedades agrícolas, de



usinas hidroelétricas e de destilarias de álcool como principais fontes de renda e de arrecadação (guardada as devidas proporções e especificidades das cidades e regiões de governo em questão).

Assim, a participação em 2003 do PIB regional, segundo a Fundação SEADE (2006), na composição estadual era da ordem de 1,36%. Os destaques maiores em termos de participação no PIB estão centrados principalmente nas cidades sedes das regiões de governo, ou seja, Dracena com 0,044081%, Adamantina com 0,050692% e Presidente Prudente com 0,281286% e ainda há outras cidades como Rosana que possui baixo patamar demográfico e que por conta da usina hidroelétrica instalada no município possui um PIB “elevado” (o que não se traduz em riqueza e qualidade de vida para a população, assim como ocorrem nas cidades citadas anteriormente e em outras localidades do país e do mundo).

A economia regional está calcada no setor primário, onde se destaca a produção da cana de açúcar e a pecuária. Em 2003, por exemplo, o PIB fora da ordem aproximadamente de 6,8 bilhões de reais e representou cerca de 1,4% total do Estado. Com o sucessivo deslocamento da produção pecuária para a região Centro Oeste do país a região de Presidente Prudente perdeu posições na produtividade frigorífica, pois,

[...] Na RA de Presidente Prudente, convivem as pequenas propriedades rurais, com mão de obra familiar, sobretudo nas RGs de Dracena e Adamantina, e as grandes propriedades, marcadas pela baixa produtividade e reduzido grau de geração de emprego e renda, principalmente na RG de Presidente Prudente. (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/pdf/iprs_raPresPrudente.pdf>. Acesso em dezembro de 2006).

O PIB *per capita* regional girava, em 2003, em torno de 5200 a 9000 reais correntes e em certo sentido se equiparava à Região Sul do Estado (Vale do Ribeira) como a que apresentava o menor índice de PIB per Capita se assemelhando, em termos, a estados brasileiros como Mato Grosso e Rondônia, por exemplo.

Quando analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da região de Presidente Prudente verificamos que a maioria das cidades situa-se no nível de médio desenvolvimento humano. As cidades de Presidente Prudente, Adamantina, Rosana, Presidente Venceslau e Dracena apresentam índices superiores a 0,800, o que as classifica conforme análise da Fundação SEADE como cidades com alto desenvolvimento humano. A cidade da região que apresenta o menor índice de desenvolvimento humano é Caiuá que apresenta baixo nível de



riqueza e posições intermediárias em termos de longevidade e educação.

Dessa forma, a região de Presidente Prudente conta com grande complexidade ao longo de sua estruturação e, se formos analisar o plano de articulações entre as cidades, poderemos verificar que a maioria das cidades conta com um frágil desenvolvimento econômico e que as demandas mais importantes são supridas pelas cidades sedes das regiões de governo, como é caso de citar a saúde e a educação.

Considerações finais

A análise da dinâmica econômica da região de Presidente Prudente nos permite afirmar que a região apresenta um baixo desempenho econômico no Estado de São Paulo e que, ao longo do tempo, diferentes nexos econômicos foram sendo construídos no espaço regional de Presidente Prudente.

A leitura econômica das pequenas cidades revela que a maioria das cidades apresenta dimensões mínimas na escala demográfica e de desenvolvimento. As demandas mais urgentes da população, geralmente, são atendidas pelas cidades sedes das regiões de governo que com o advento da indústria da cana trazem, em seu bojo, um índice relativo de pessoas oriundas de outras localidades que passam a produzir novas relações territoriais.

Em suma, podemos destacar que as cidades pequenas da Região de Presidente Prudente acabam por desenvolver determinados papéis de subordinação à indústria sucroalcooleira e a articulação do território passa a ser uma relação de subjugação ao poder das agroindústrias que de certa forma contribuem para a redefinição de novas articulações econômicas com a produção de novas configurações sociais/econômicas e com a criação de uma ampla e variada gama de problemas, indo desde à degradação do meio ambiente à precarização das relações de trabalho na região e à utilização de práticas de cunho monopolista/excludente.

A discussão é ampla e não se encerra nessas linhas, pois a realidade é bastante dinâmica e o ritmo da sociedade se altera com o passar do tempo. Espera-se, portanto, ter contribuído, mesmo que de maneira sintética, para a compreensão desse universo que precisa ser ainda mais bem debatido e refletido. Portanto, outros trabalhos surgirão e este também será continuado mesmo que em outras modalidades e espaços para a avaliação teórica, prática e de planejamento.



Referências bibliográficas

BIZELLI, E. A. Considerações sobre a urbanização interiorana. São Paulo em Perspectiva, 9 (3): 38-45, jul./set. 1995.

BOGUS, L. M. M., BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, v. 9, n. 3, p. 62-70, jul-set/1995.

CORRÊA, R. L. A rede urbana. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DOLLFUS, Olivier. O espaço geográfico. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

FRESCA, T. M. A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. Revista Geografia, Londrina: UEL vol. 10 nº 01, 2001. Disponível em <www.geo.uel.br/revista>. Acesso em novembro de 2006.

ENDLICH, A. M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná. 2006. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente.

GIL, I. C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. In: Revista NERA, ano 7 nº 4, Presidente Prudente, jan/jul. 2004. Disponível em <<http://www.prudente.unesp.br/nera>>. Acesso em dezembro de 2006.

GOMES, M. T. S. A produção do espaço urbano em cidade pequena: localização das atividades econômicas. 1998. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente.



Informações referentes à região de Presidente Prudente. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/web/fórum/iprs06/pdf/iprs_raPresPudente.pdf > Acesso em dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

Informações referentes à Região de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em novembro de 2006.

SANTOS, M. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, A. M. Dinâmica em cidades pequenas: Pirapozinho, articulações internas e externas. 1998. 72f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, R. G. Incorporação da Nova Alta Paulista no setor produtivo do Estado de São Paulo: município de Adamantina (1937 a 1959). 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

SOJA, E. W. Geografias Pós Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, E. S. Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo.



SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1988.

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e Ruralidade: Relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminares sobre os pequenos municípios em Pernambuco Recife: UFPE, 2001. Disponível em: <<http://fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.doc>>. Acesso em janeiro de 2006.